



CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR: ATIVISMO NAS REDES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DE NOVAS FORMAS DE SER CATÓLICA/O

Julia do Carmo da Silva ¹

RESUMO

O presente artigo busca fazer uma análise da página do grupo Católicas pelo Direito de Decidir (CDD), ONG feminista católica que busca conciliar, através de seus discursos e práticas, o ativismo feminista e o catolicismo. Para essa análise, usa-se como base as noções de etnografia para a internet de Hine (2000, 2012, 2015) e, para se pensar, o consumo das redes sociais por grupos religiosos, propõe-se um diálogo com autores como McCracken (2003), Sahlins (2003) e Douglas e Isherwood (2013). Percebe-se, a partir das análises, que a rede social do grupo é um espaço de disputas ideológicas, permeado por táticas, que buscam alterações na estrutura dominante do catolicismo através de novas formas de professar a fé, reinterpretadas à luz da contemporaneidade. Evidencia-se a importância da análise desse ambiente a fim de compreender a dinâmica religiosa na atualidade, cada vez mais imersa em ambientes digitais, que abrem novas possibilidades para o campo religioso e para o ativismo.

Palavras-chave: ativismo, facebook, Católicas pelo Direito de Decidir, religião.

ABSTRACT

The discussed article seeks analyse a group page Catholic for Choice, a catholic feminist NGO that search conciliate through their speeches and practices feminist activism and catholicism. For this analysis is used as basis Hine's ethnographic to internet (2000, 2012, 2015), and to think about the religious groups consume of social networks, a discussion with authors McCracken (2003), Sahlins (2003) e Douglas e Isherwood (2013) is proposed. Notice through analysis that the group social networks is an ideological dispute space, permeated for tactics that search for changes in the ruling structure of catholicism through new ways to profess their faith, reinterpreted in contemporaneity light. Evidence up the importance of this environment analysis in order to understand religious trend nowadays, increasingly digital environment immersed, that open up new possibilities to the religious branch and activism.

Keywords: activism, facebook, Catholics for Choice, religion.

INTRODUÇÃO

As redes sociais têm provocado diversas transformações no tecido social da contemporaneidade. Os movimentos sociais foram uma das instâncias que mais souberam

¹ Mestra em ciências Sociais, Doutoranda do Curso de Comunicação Social da UFSM - docarmojulia@gmail.com



aproveitar as potencialidades trazidas por essas novas ferramentas, ocupando os espaços para reivindicação de direitos e mobilizações.

Interpretando as mobilizações ocorridas no mundo árabe, Espanha e EUA, Manuel Castells (2013) vai mostrar como as comunidades virtuais funcionaram como meio para a realização de debates, articulações e a deliberação das ocupações dos espaços públicos. Ressaltando a importância de compreender os movimentos sociais em seu processo de formação, destacando o papel da comunicação, principalmente no seu viés alternativo, no processo de compartilhamento de significados e troca de informações.

No presente trabalho, busco contribuir para esse debate através da observação da página do grupo “Católicas pelo Direito de Decidir”, ong feminista e católica, no Facebook. Tentando entender de que forma se constrói o ativismo através do consumo das redes sociais por essa organização.

O GRUPO CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR

O Católicas pelo Direito de Decidir surge em um contexto de efervescência das discussões acerca de direitos reprodutivos e sexualidade, propiciadas pelas conferências realizadas pela ONU na década de 1980. Aliados a isso, os cursos ministrados pelo Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (CESEEP), assim como a criação de uma disciplina feminista no Instituto Metodista de Ensino Superior (IMES) e a criação do Núcleo de Estudos Teológicos da Mulher na América Latina (NETMAL) foram fundamentais para o surgimento do grupo nesse período, propiciando que mulheres com ideias distintas acerca do pregado pela Igreja Católica em relação a esses temas se encontrassem.

Foi em grande parte a percepção dentro do CESEEP da falta de diálogo sobre as mulheres que surgiu a ideia do Católicas, tomando como exemplo o já conhecido grupo dos EUA. O debate sobre o direito ao aborto vem à tona e a Igreja Católica acaba perdendo lideranças femininas que atuavam nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), já que muitas agora querem garantir não só a luta contra as injustiças sociais, mas também pela sua autonomia individual.

O Católicas, como é conhecida a ONG, surge, então, da necessidade enxergada por essas mulheres de discutir o feminismo dentro da Igreja Católica, sem o rompimento com a religião. Enquanto a maioria dos grupos feministas vê qualquer tipo de religião como um



obstáculo a suas pautas, o Católicas enxerga a possibilidade da religião como um meio de empoderamento.

Além das coordenadoras principais, listadas no quadro abaixo, o CDD conta com outros e outras integrantes, como os multiplicadores e multiplicadoras, pessoas treinadas para falar em nome CDD em outras cidades/estados. Também há um grupo de pessoas que compõem a Assembleia dos sócias e sócios do CDD, que se reúne anualmente e a quem a ONG presta contas. Entre os associados estão membros do Conselho Consultivo, do Conselho Fiscal e da diretoria. Apesar de perder as integrantes iniciais de outros credos, o grupo tenta manter a proposta ecumênica através de reuniões e aconselhamentos de pessoas de outras crenças ou afastadas da religião.

Maria José Rosado Nunes	Doutora em Sociologia pela École de Hautes Études en Sciences Sociales	Presidenta do Católicas
Yury Puello Orozco	Teóloga e Doutora em Ciências da Religião (PUC-SP)	Coordenadora de Projetos e Co-coordenadora da Red Latinoamericana de Católicas por El Derecho a Decidir
Regina Soares Jurkewicz	Doutora em Ciências da Religião(PUC-SP)	Coordenadora de Projetos
Rosângela Aparecida Talib	Mestra em Ciências da Religião(UMESP)	Coordenadora Executiva

Fonte: Elaborada pela autora

O Católicas trabalha em várias frentes, buscando a promoção dos direitos humanos, tanto na sociedade quando no interior da Igreja, partindo do pressuposto de que a religião tem uma forte influência em nosso país, e mesmo aqueles e aquelas que não se declaram religiosos têm suas vidas afetadas por ela, seja através de discursos ou por ações políticas. A ONG tem como objetivo tornar conhecida outra forma de compreender a religião. Para isso, trabalha em constante diálogo com outras igrejas a fim de combater a violência contra as mulheres, em ações pela defesa da laicidade do Estado e através do uso da mídia para tornar conhecidos seus argumentos.



De acordo com Brites (2014), com base no regimento do grupo, CDD visa como “público-alvo” a sociedade brasileira como um todo, tendo como foco ações que contribuam para a “equidade de gênero” e na construção de uma cultura de respeito aos Direitos Humanos. Entretanto, para isso, a organização busca de forma estratégica um público localizado, tais como profissionais das áreas de Saúde e Educação, Direito, estudantes universitárias/os, gestores e gestoras públicos, jovens, movimentos e lideranças religiosas diversas. Ainda assim, segundo a autora, a instituição aponta como maior beneficiário de suas ações as mulheres brasileiras, especialmente as mulheres “jovens, pobres e negras”.

Um recorte ético-racial e geracional que ajuda a compreender o foco de algumas de suas campanhas e ações, como a voltada ao aborto. Ao compreender que a Igreja Católica oferece à sociedade um discurso condenatório do exercício sexual livre e autônomo, e que isso não corresponde à realidade vivida pelos fiéis, já que a prática da sexualidade antes do casamento, o uso do preservativo, o aborto, estão presentes na vida de muitas pessoas que se autodeclaram Católicas, o grupo busca uma alternativa que parta de dentro da religião Católica.

Dessa forma, a autodeclaração do grupo enquanto católico é de suma importância para compreendermos seus discursos e suas práticas. O grupo propõe articular as ideias do feminismo com o cristianismo, através da argumentação teológica, e que encare a sexualidade como algo positivo, sem a culpa e o pecado que são incutidos ao tema pela religião Católica.

IGREJA CATÓLICA E CONSUMO DE MÍDIA

Entender a apropriação da tecnologia é de extrema importância para a compreensão do universo social na contemporaneidade, já que elas ocupam cada vez mais papel central na vida das pessoas. O uso das redes sociais, ampliado nos últimos anos com o avanço da internet nos lares brasileiros, é um dos espaços nos quais disputas de sentido são travadas. E, por isso, são férteis locais de observação das dinâmicas sociais.

Segundo dados relatório “2018 Global Digital”, da We Are Social e da Hootsuite, o Brasil está entre os três países do mundo no qual a população passa, em média, mais de 9



horas do dia navegando na Internet. E é um dos dois únicos países onde o tempo diário em redes sociais supera as 3 horas e meia. Dados esses que evidenciam a importância de se compreender que usos são feitos nesse meio.

Parto daqui da noção, ancorada em autores como McCracken (2003), Sahlins (2003) e Douglas e Isherwood (2013) que o consumo é parte constituinte das relações sociais, sendo instância fundamental na construção de sentidos. Entendendo que, para além do uso de objetos, todo consumo é cultural e demonstra especificidades de determinados grupos, podendo dar valiosos indícios acerca de seus valores e identidades.

O consumo da mídia pela Igreja Católica não é algo recente. Apesar da desconfiança inicial na utilização, Pulga (2006) defende que em cada época o cristianismo buscou ir até os fiéis, utilizando-se dos meios de comunicação em voga. Exemplifica que já no período depois de Cristo, os ensinamentos eram divulgados através de pergaminhos. A adaptação para outras mídias fez parte, assim, de um processo natural de evolução da religião e da sua busca de evangelizar, algo essencial dentro do dogma cristão.

O Concílio Vaticano II, realizado em 1961 e considerado um marco dentro da instituição, no qual novas posturas foram estimuladas dentro da Igreja, com o objetivo de modernizá-la e atrair os cristãos afastados da religião, promulga a aceitação oficial desses meios através do decreto *Inter Mirifica*. Ele assinala, pela primeira vez, em um documento universal da Igreja a obrigação e o direito de ela utilizar os instrumentos de comunicação social, dando orientações gerais para seus usos.

A instrução pastoral *Communio et Progressio*, de 1971 destaca que “os modernos meios de comunicação social dão ao homem de hoje novas possibilidades de confronto com a mensagem evangélica”. Ao longo do tempo, vários pontífices vem destacado a importância da utilização dos meios, culminando em 2018 com a entrada, pela primeira vez na história, de um Papa em uma rede social, o Twitter. No país, e no restante da América Latina, o uso dos meios pela Igreja Católica se aprofundou na década de 1980, principalmente através das Comunidades Eclesiais de Base. Com a filosofia de uma “Igreja para o povo” buscava-se mais meios de chegar a ele, entendendo a comunicação como um direito fundamental do ser humano.

Pensando também em outras religiões, autores/as como Borelli (2010) localizam o momento de efetiva mediação das instituições religiosas no Brasil a partir dos anos 1980, sobretudo a partir de igrejas evangélicas neopentecostais e seu intenso uso das



mídias para propagar visões. Atualmente, a presença na internet tem estado entre as preocupações das igrejas. Buscando atrair fiéis em um mundo em constante mudança e cada vez com mais opções de credos, estar próxima do fiel nesse meio é uma opção estratégica. Junto a esse uso da igreja como instituição, aparecem o uso que fiéis e grupos que se apropriam desses dogmas fazem da rede, muitas vezes com discursos de enfrentamento aos preceitos estabelecidos.

Jungblut (2010) destaca que esse espaço proporcionado pelas mídias digitais é, inclusive, usado de maneira mais eficiente por esses indivíduos:

Ora, o ciberespaço se apresenta altamente acolhedor tanto para experiências dialogais multidirecionais favoráveis à “validação mútua”, quanto para aquelas atitudes de pesquisa e confrontação de versões que animam a “autovalidação” das formas individualizadas de crença religiosa. (JUNGBLUT, 2010, p. 209)

Nesse espaço, defesas de formas de crença que não estão totalmente de acordo com o pregado pela normativa oficial prosperam. E nele são travadas batalhas de sentido, buscando alterar o estabelecido. Encontram-se novas maneiras de professar a fé.

Analisando o uso que os movimentos sociais fazem da mídia, Castells (2017) trabalha com a ideia de contrapoder, “a capacidade de os atores sociais desafiar o poder embutido das instituições com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios atores e interesses”. Noção essa que é ampliada com os meios de comunicação digitais, que propiciam a produção de mensagens e o desenvolvimento de redes autônomas e comunicação horizontal. E que pode ser percebida no caso do grupo analisado, que busca trazer outra ideia de catolicismo, que confronta o estabelecido pela instituição.

Esse uso transgressor também encontra eco nos trabalhos De Certeau (1998), que investiga os usos que os sujeitos fazem dos produtos culturais e o que eles “fabricam” a partir disso. Nas ideias do autor, eles são apropriados e transformados a partir de táticas, artimanhas, pequenas brechas encontradas pra subverter o sistema, que devem ser observadas no cotidiano. Reside aí um dos motivos da importância de se ter um olhar mais atento para as redes sociais. Instâncias presentes no cotidiano popular, nas quais podemos vislumbrar essas táticas de resistência dos mais variados grupos.



ATIVISMO NAS REDES SOCIAIS

Lara Facioli e Richard Miskolsi (2015) são autores que defendem que as redes sociais online são possibilidades de “agência, de troca, de negociação, e, por vezes, de acesso a conhecimentos que permitem problematizar as próprias experiências e constituir ações que negociam com discursos hegemônicos” (p.133)

O movimento feminista vai utilizar essas possibilidades trazidas pelas novas tecnologias de comunicação. Para Ana De Miguel (2013) temos uma diversidade de ciberfeminismos que constata a utilização da rede como ferramenta para influenciar a sociedade. A internet se converteu em um elemento essencial para difundir informação, trocar opiniões, coordenar estratégias e realizar ações com a intenção de construir um mundo mais justo e igual. E o feminismo, que tem muito com que contribuir neste terreno, já é consciente disso. (2013, p. 40).

Apesar de problematizarem que as desigualdades de gênero ainda irão persistir no ciberespaço, a autora chama a atenção para a nova dimensão oferecida pelas redes eletrônicas. Algo que é diferente de tudo o que o movimento feminista experienciou anteriormente. A corporalidade, característica marcante das lutas, é substituída por algo novo, trazendo novas formas de participação no movimento.

A autora traz a ideia de um “ciberfeminismo social”, que se desenvolve com a conexão com os movimentos antiglobalização e aos grupos de ativistas em defesa dos direitos humanos, conectando-se ao feminismo e defendendo o uso estratégico do virtual na transformação da sociedade.

Castells (2007) apesar de não focar especificamente no movimento feminista, vai defender a importância da compreensão dessas novas tecnologias e suas potencialidades dentro dos movimentos sociais e ressaltar como as experiências são cada vez mais compartilhadas e divididas na rede conectada, em um processo individual e massificado. Trago como tese que essas experiências ao serem massificadas trazem possibilidades de alterações de paradigmas em relação aos papéis de gênero e a forma como esferas tal qual religião são vistas.



O CATÓLICAS NA INTERNET: BANDEIRAS POLÍTICAS NO FACEBOOK

A leitura de uma página virtual nos apresenta inúmeras possibilidades. Em primeiro lugar temos a relação entre a leitora/pesquisadora e a interface. Aqui sou eu Julia, 28 anos, feminista, em um exercício antropológico no qual me defronto com as imagens, texto, figuras, cores tentando mostrar os sentidos provocados pelas postagens, assim como as interações desenvolvidas a partir delas através da análise dos comentários, curtidas e compartilhamentos, ferramentas próprias da rede social e que nos auxiliam a compreender a dinâmica e as práticas do grupo.

Importa demarcar essas posições porque elas mostram o lugar do qual parto e a partir do qual chego a determinadas interpretações. Assim como Hine (2000, 2012, 2015), defendo que os fenômenos digitais podem ser entendidos a partir da experiência autêntica como etnógrafos inseridos, levando em consideração que utilizamos a internet como seres socialmente situados, sujeitos a limitações.

A página do grupo tem 50.041 curtidas, segundo dados de julho de 2019. As postagens Ao acessa-la, logo me deparo com a foto de capa, que remete à pauta do aniversário de 25 anos do grupo.

Trazendo um fundo discreto sem cores, destaca várias fotos de mulheres. Algumas anônimas em atos pelos direitos das mulheres, assim como suas integrantes, tanto em manifestações quanto em falas públicas. Ao abrir a foto, uma legenda traz uma breve descrição do grupo e suas atividades e links para acesso às diversas redes sociais usadas pela ONG.



A imagem, postada no dia 13 de maio desse ano, teve 16 reações. As reações nessa rede social são uma forma de permitir aos usuários demonstrar suas opiniões sobre os posts através da escolha de figuras, os populares emoticons que representam determinados sentimentos como “amei” “uau” para surpresa e “grr” para demonstrar raiva sobre a postagem ou ainda sobre o tema tratado no post. Além da curtida, primeira reação criada para a rede social e que se mantém, não emitindo um posicionamento claro. Apesar de poderem ter mais de uma interpretação, elas são bons indícios acerca do que está se pensando sobre o post.

No caso da imagem analisada, das 15 reações 12 são curtidas, 2 “amei” e 1 “grr”. Desses dados, em um primeiro momento, e mesmo se tratando de uma amostra recente, podemos inferir que mesmo com a grande maioria de apoiadores, aqueles que discordam do conteúdo da página também se fazem presentes. Interessante notar também a forte demarcação de gênero entre os possíveis apoiadores da postagem. Dos 14 (somando-se curtidas e “amei”) apenas 1 é homem.

Uma das postagens que mais gerou repercussão nos últimos tempos também traz a tona a campanha acerca dos 25 anos do grupo. Através de um vídeo de pouco mais de três minutos, na qual várias convidadas, pertencentes de outras religiões e ativistas comprometidas com os direitos das mulheres, falam sobre a importância do grupo. A integrante Maria José Rosado, a mais pública dentre as integrantes, é quem fala de dentro da organização, defendendo suas pautas, em especial, a liberdade de escolha das mulheres em todos os âmbitos de suas vidas.



Como demonstrado na imagem, a postagem teve 43 reações. O número de visualizações chegou a 712 e os compartilhamentos a 30. Os comentários ajudam a perceber que mesmo aqueles e aquelas que são contrários aos ideais do grupo, se fazem presentes na página e não são silenciados dentro do espaço, o que dialoga com a defesa da pluralidade que o grupo defende. O comentário que uso como exemplificação resume bem o principal argumento utilizado para atacar o grupo, a tentativa de desvinculá-lo da Igreja Católica:



De católicas vocês não tem NADA, bando de HEREGE que ainda tem coragem de usar o nome da igreja pra defender suas perversidades. E tem ainda mais audácia de usar o nome da MÃE do senhor pra defender o ABORTO. Que Deus tenha misericórdia de vocês porque eu só consigo sentir NOJO!

O tema do aborto aparece no comentário porque é uma das principais bandeiras do grupo. Para visualizar melhor como isso se mantém há algum tempo e como a repercussão para esse tipo de postagem é normalmente grande, trago o exemplo de um post do dia 30 de setembro de 2014, que faz referência a uma passagem bíblica para defender a legalização e descriminalização do aborto.



Fonte: Página do grupo no Facebook



Trazendo a popular história bíblica de Maria sendo consultada pelo anjo Gabriel antes de conceber Jesus, a imagem faz uma comparação com a situação atual das mulheres e o fato de, ainda hoje, as mulheres não poderem decidir entre manter uma gravidez ou interrompê-la, ao não terem direito ao aborto. A postagem em questão teve um alto número de curtidas, comentários e compartilhamentos, sendo, das que foram analisadas, a que teve trouxe maior número destes. Ao todo foram 2.997 curtidas, 3.841 compartilhamentos e 1.371 comentários.

Esses números, entretanto, não servem para indicar se a repercussão ao post foi negativa ou positiva, já que, além das curtidas, que normalmente são usadas para mostrar aprovação a determinado conteúdo, compartilhamentos e comentários podem ser usados com o intuito de criticar a postagem. Os comentários realizados nas postagens são, dessa forma, uma instância que nos ajudam a acompanhar alguns dos sentidos que se estabelecem nessas interações virtuais.

Os comentários aparecem na página por ordem de curtidas. Os mais curtidos estão em destaque. Os cinco primeiros na página são todos de crítica à imagem. Apenas o 25º comentário apoia a postagem, dizendo como “a sacada”, a comparação, foi genial. Reproduzo aqui alguns desses comentários e respostas e eles, para tentar compreender como é construída a argumentação-contrargumentação aos mesmos:

Leiam Lucas capítulo 1:26-38. Receber o aviso de um anjo é diferente de ser consultada. Leiam um pouco mais a bíblia antes de usá-la como referência.

O primeiro comentários destacado recebeu 911 curtidas. Escrito por um homem, ele usa a própria bíblia, citando um versículo para tentar argumentar contra a imagem e insinuar que não houve conhecimento suficiente de quem a produziu. O comentário recebeu 48 respostas, que usam das mais diversas estratégias para apoiar ou refutar a afirmação principal. Destas, apenas 13 apoiam o post e fazem oposição ao comentário principal, sendo 6 de homens e 7 de mulheres. Do lado de quem apoia, 22 dão suporte ao comentário, indo contra a postagem. Destes, a grande maioria, 17, são homens, e 5 mulheres. O restante dos comentários, 13, não apresentam posição clara e/ou fazem comentários de assuntos externos.

Cabe ressaltar que o número de comentários não corresponde, exatamente, ao número de pessoas que participam da discussão, já que, como é comum em redes sociais,



algumas pessoas fazem mais de um comentário. Destaco aqui algo que me chamou atenção, a grande parcela de homens que vão contra a postagem, muitos com comentários culpabilizadores das mulheres, como reproduzo abaixo:

Se vcs não querem engravidar e não querem se prevenir então fechem as pernas horas!!! o q vc faz do seu corpo é problema seu... mas vcs não são nada pra decidir quem vive ou que morre!!! e nem é preciso consultar religiões pra ter noção de q isso é uma 52 de vcs já abortou faça uma favor a sociedade da próxima vez! mate-se!!!

Esses comentários, que colocam a mulher como única responsável pela gravidez e atacam a livre sexualidade feminina, são comuns na página. Os comentadores, em sua maioria homens, defendem a castidade como forma de evitar uma gravidez indesejada e, em casos extremos, como o acima, mostram como a vida dessas mulheres é vista como valendo menos que a do embrião.

Já o apoio a postagem vem principalmente com dados, como o número de mulheres que abortam por ano no Brasil e o exemplo de outros países como o Uruguai, tentando mostrar os benefícios da política de legalização. Como já falado anteriormente, a estratégia mais utilizada para criticar a postagem, além do comentário analisado, é a refutação do “Católicas” enquanto grupo religioso como em: “Nossa, que mesquinha! Nojo disso! Vocês são doentes e não sabem nem o que significa catolicismo e muito menos sabem o que é ser cristão!”. O número de comentários com discurso semelhante é alto.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A internet e, em especial, as redes sociais são terrenos de disputas de sentidos. O campo religioso, com suas inerentes contradições, como todo extenso campo social, também tem seu espaço garantido nesse meio. Narrativas de contrapoder são estabelecidas por aqueles que buscam alterar o discurso dominante.

Para compreender como isso se dá, a análise das práticas de consumo das redes sociais por esses grupos é fundamental. Para isso, o etnógrafo deve ser construtor ativo do campo e do texto, tentando interpretar aquilo que está exposto e aquilo que requer mais sensibilidade para ser visto, em um método que se reinventa a todo momento nessa contemporaneidade fortemente marcada pela ambiência digital. Mas que, ao mesmo tempo, não perde sua essência antropológica da troca, do diálogo, mesmo que através de comentários e curtidas, em um ambiente de plataforma. Nesse trabalho, o olhar para as práticas culturais cotidianas é fundamental, pois são nelas que os objetos de consumo são apropriados e reinventados, sendo usados conforme os fins almejados pelos grupos e suas características.

Tentei mostrar, ao longo do trabalho, de que forma isso se dá na página do grupo Católicas pelo Direito de Decidir no Facebook. Grupo feminista católico que tem em suas principais pautas a defesa de preceitos que divergem diametralmente do catolicismo tradicional. Para defender seus pontos de vista, são utilizadas diversas táticas, como a própria utilização de passagens católicas, reinterpretadas à luz da contemporaneidade. O Católicas pelo Direito de Decidir lança mão de temas e campanhas que toquem em assuntos tabus, como o aborto, mas sem nunca fugir do catolicismo. Pelo contrário, defendem a bandeira que um outro posicionamento sobre esses temas é possível dentro da própria religião.



REFERÊNCIAS

- BORELLI, Viviane. *Mídia e religião: entre o mundo da fé e o do fiel*. Editora E-papers, 2010. BRAGA, Adriana.
- Etnografia segundo Christine Hine: abordagem naturalista para ambientes digitais. In: **E-Compós**. 2012.
- Brites, Francine. **Católicas pelo Direito de Decidir: Vozes dissonantes e discursos católicos sobre o aborto (1990 - 2010)**. 2014. 151f. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina. 2014.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Zahar, 2017. DE CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano*. 3 ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271 p.
- Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. Sites acessados: <https://digitalreport.wearesocial.com/> Acessado em 26 de setembro de 2018. http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/pccs/documents/rc_pc_pccs_doc_2305971_communio_po.html/ Acessado em 20 de setembro de 2018.
- DE MIGUEL Ana; BOIX, Montserrat. Os gêneros da rede: os ciberfeminismos. In: NATANSOHN, Graciela (Org). *Internet em código feminino: Teorias e práticas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: La Crujía, 2013.
- FACIOLI, Lara; MISKOLCI, Richard. Conectadas: experiência de subalternidade e ajuda mútua feminina online entre mulheres de classes populares. *Mediações*, v. 20, n. 2, p. 129, 2015.
- DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.
- HINE, Christine. *Virtual Ethnography*. London: Sage Publications, 2000. _____. *Ethnography for the Internet: Embedded, Embodied and Everyday*. London: Bloomsbury, 2015.
- JUNGBLUT, Ailton. O uso religioso da Internet no Brasil. **PLURA, Revista de Estudos de Religião/PLURA, Journal for the Study of Religion**, v. 1, n. 1, Jul-Dez, p. 202-212, 2010.
- MCCRACKEN, Grant. **Cultura & consumo**. Mauad Editora Ltda, 2003.
- PULGA, C. M. *Interface - Religião e Mídia: Uma experiência de comunicação religiosa na web*. 2006. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- SAHLINS, Marshall.